NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 19/Dez

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2895/2022

RIO GRANDE DO NORTE

Sindsegur participa da apuração de votos da eleição do Sindforte/RN

Nesta sexta-feira, 16 de dezembro, os representantes do Sindsegur Gerson Lima, Reginaldo da Cruz e Márcio Lucena pela CNTV-PS participaram da apuração dos votos da eleição SINDFORTE/RN.

As 06 urnas apuradas tiveram o total de 203 votos para a chapa única do Sindforte/RN, e um voto em branco.

A chapa "Separados somos fracos unidos somos imbatíveis" liderada por Antônio Fernandes foi eleita para o quadriênio de 2023 – 2027.

Portanto, parabéns a todos que compõe a base do Sindforte/RN que foram as urnas e elegeram uma diretoria que segue os caminhos certos para que a categoria cresça e se valorize cada dia mais.

FONTE: SINDSEGUR RN

Bancários conseguem barrar PL 817/22 que ameaça direito de greve

Mobilização da categoria bancária consegue evitar retrocessos

DIVULGAÇÃO

A categoria bancária tem realizado intensas lutas contra o Projeto de Lei (PL) 817, de 2022, que coloca em perigo o direito de greve desses trabalhadores, ao alterar a Lei 7.783, de 1989, e definir os meios eletrônicos de pagamentos e transferências bancárias como serviço essencial.

Nesta quarta-feira (14), a categoria conseguiu novamente tirar o projeto da pauta de votação da Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados.

Na semana passada, o assunto estava em evidência no Congresso Nacional, mas a mobilização nacional garantiu a retirada da pauta.

As entidades sindicais de representação dos bancários realizaram também nesta quarta-feira um tuitaço usando a hashtag #GreveÉDireito, mobilização na qual a CUT-SP se somou nas redes sociais.

"Essa conquista só foi possível depois de muita mobilização da nossa categoria e de parlamentares comprometidos com a classe trabalhadora. Impedir nosso direito constitucional de greve é favorecer banqueiros já que isso enfraquece o poder de negociarmos com os patrões. É um ataque explícito aos trabalhadores em todo país e abre brechas para enfraquecer outras categorias", afirma o bancário e secretário de Comunicação da CUT-SP, Belmiro Moreira.

FONTE: Vanessa Ramos - CUT São PauloSatui

Futuro ministro da Justiça, Dino promete maiores repasses a estados que desarmarem a população e colocarem câmera em PMs

Dino ainda falou sobre a política de encarceramento, que será combatida: "a execução penal é muito maior que prender. A prisão na verdade é o último instrumento"

Flávio Dino (Foto: Divulgação)

Futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB) afirmou ao Estado de S. Paulo que o governo Lula (PT) vai promover uma mudança nos parâmetros de rateio do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para estados. Ele disse que receberão maiores repasses os estados que desarmarem a população instalarem câmeras nos uniformes dos policiais militares.

"Vamos objetivar mais, com metas concretas e alinhadas com as prioridades. Vamos alinhar os critérios de acordo com as metas. Não posso interferir nas prioridades dos governadores, independência total. Agora, na partilha dos recursos do Fundo Nacional nós temos metas nacionais a cumprir com, por exemplo, combate ao armamentismo, apoio às vítimas de crimes violentos, combate a feminicídio, combate a crimes de ódio. Esses são pontos que passarão a ser valorados. Estados que implantam câmera ou não implantam câmera nos uniformes dos policiais a gente vai valorar. A gente acredita que é importante combater a violência policial. Ninguém é obrigado a fazer, mas quem fizer a gente vai valorar mais. Essa é a ideia geral", explicou.

Dino também falou sobre sua expectativa em manter uma relação harmônica com o Poder Judiciário, que "salvou a democracia do Brasil" nos últimos anos. "Quando você tem uma maior harmonia, maior equilíbrio, é quando a política recupera a funcionalidade e aí você tem mais convergência institucional. Eu acho que o momento que o Brasil viveu nos últimos anos, foi um momento de fracasso. Não pode ter sinal maior do fracasso do que um desatinado na Presidência da República. E isso fez que nesse equilíbrio dinâmico, de freios e contrapesos, de harmonia e independência, a função do Judiciário se agigantasse. Em certo momento até a do Congresso. Na pandemia, foi o Congresso, o Judiciário e os governadores versus um bárbaro. Tenho impressão que agora nós vamos ter um reajuste nessa equação porque a política recupera uma parte da sua força colapsada pelo bolsonarismo e a gente volta a um quadro de normalidade institucional. E quero destacar: essa atitude do Judiciário de ter mais protagonismo, mais independência, foi o que salvou a democracia brasileira. Foi esse protagonismo do Judiciário que salvou a democracia brasileira e permitiu que a gente chegasse até aqui".

Flávio também revelou que criará no ministério uma estrutura para trabalhar a troca de prisões por penas alternativas. O futuro ministro diz que a política de encarceramento está errada e gasta dinheiro. "Em relação ao desencarceramento, à despenalização, no sentido da pena privativa de liberdade, sim.

Nós vamos fazer uma alteração em que o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) vai virar a Secretaria Nacional Penitenciária e de Alternativas Penais para sublinhar que a execução penal não é igual a prender. A execução penal é muito maior que prender. A prisão na verdade é o último instrumento. Então, nós vamos colocar alternativas penais no mesmo patamar que a prisão, formalmente falando na estrutura do ministério. Isso é um problema secular, por várias razões. Ideológicas ou simbólicas. O sistema penitenciário se presta também a essa visão de perpetuação de privilégios, de discriminações. E isso fez com que houvesse uma ideia de que execução penal agora é igual a aprender. Não é. Então, essa é a grande mudança: alternativas penais do mesmo tamanho, e eu diria que até com primazia, sobre a pena de prisão".

FONTE: 247

Câmara aprova PEC que garante recursos para o piso da enfermagem. Texto vai ao Senado

Com 413 votos a favor e 13 contra, o plenário aprova substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC 390/14), que assegura recursos para o cumprimento do piso

Sintufrj

Com 413 votos a favor e 13 contra, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (15) um substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC 390/14), que trata de recursos para o piso da enfermagem. O texto amplia limites de gastos de municípios com saúde e permite uso de superávit financeiro de fundos públicos para complementar piso. A matéria segue para apreciação do Senado.

A PEC do piso da enfermagem prevê assistência financeira complementar da União aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e às entidades filantrópicas para o pagamento dos pisos salariais do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

"Entendemos que é um reconhecimento de uma categoria tão importante para a saúde do povo brasileiro, é também uma manifestação objetiva, direta, concreta de gratidão pelo trabalho e dedicação na luta contra a covid-19", disse o deputado Reginaldo Lopes (MG), ao votar "sim" em nome da Bancada da Minoria.

"É um dever histórico, é uma dívida desta Casa com a categoria da enfermagem. Portanto, por essas razões, é fundamental dar condições dignas de trabalho para a enfermagem no país."

Na pandemia, destacou o deputado Bohn Gass (PT-RS), a presença desses profissionais era percebida em todos os lugares, se expondo, diretamente no contato com a população para darem qualidade de atendimento à saúde e cuidando da vida das pessoas. "E esta é a hora de nós dizermos que nós vamos cuidar dos enfermeiros, dos técnicos e dos auxiliares de enfermagem", afirmou.

Com informações da liderança do PT

FONTE: Por Redação RBA

Alexandre recebe relatório sobre situações de assédio eleitoral no trabalho

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, recebeu nesta quinta-feira (15/12), do procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, o documento Assédio Eleitoral Eleições 2022 – Relatório de Atividades

Moraes, recebe relatório sobre assédio eleitoral
Divulgação/TSE

Elaborado pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho, ligada ao Ministério Público do Trabalho (MPT), o documento descreve o assédio eleitoral como a prática de coação, no local de trabalho ou em situações relacionadas ao trabalho, com o objetivo de influenciar ou manipular o voto de trabalhadores.

No encontro, Pereira disse que o MPT atuou para impedir o assédio até o dia da votação. Ele destacou, porém, que, apesar de a prática ter ocorrido nas eleições de 2018, nada se compara ao que aconteceu neste ano.

"Até o dia 6 de dezembro, tivemos 2,3 mil denúncias e, hoje, temos 3.206, um número ainda crescente. Foram expedidas 1,4 mil recomendações, ajuizadas 80 ações civis públicas e 300 termos de ajuste de conduta", afirmou. Devido a esses números, Pereira avalia que o órgão está diante de uma nova situação em termos de assédio eleitoral.

"Inclusive, eu conversei com o presidente Alexandre de Moraes sobre a necessidade de que o Ministério Público do Trabalho, em razão dessas denúncias, participe do sistema de segurança e de Justiça em relação ao aspecto eleitoral", relatou. "Agora a gente busca a punição, a responsabilização de quem fez essas infrações, para evitar que isso ocorra de novo. Isso vai decorrer do dia a dia da apuração dos casos."

Números por regiões

O relatório mostra que a maioria das condutas ilícitas denunciadas envolveram as eleições presidenciais e que o número de denúncias aumentou após o primeiro turno — até o dia 3 de outubro, o número total de denúncias era de 68, e o de empresas investigadas, 52. Já no dia 29, os números saltaram para 2.360 denúncias e 1.808 empresas investigadas.

"O ápice do número de denúncias registradas foi de 265, no dia 28 de outubro de 2022", diz o documento.

O MPT aponta que a região Sul teve o maior número de denúncias até o primeiro turno. Já no segundo turno, o destaque foi a região Sudeste (especialmente Minas Gerais e São Paulo), com 934 relatos contra 705 empresas ou pessoas investigadas, seguida pela Sul, com 690 denúncias, a Nordeste, com 413, a Centro-Oeste, com 198, e a Norte, com 125.

Agora, segundo o órgão, é preciso uma atuação contínua contra a violência e o assédio no trabalho, decorrentes de orientação e escolha políticas.

"Trata-se de atuação fundamental para a promoção do respeito à cidadania das pessoas que trabalham e de consolidação da democracia, que requer ação planejada, estratégica, coordenada e articulada deste ramo do Ministério Público com outras instituições e órgãos públicos incumbidos da fiscalização da regularidade dos pleitos eleitorais", diz o documento. Com informações da assessoria de imprensa do TSE.

FONTE: Revista Consultor Jurídico

novas doenças que não exigem mais carência para benefícios do INSS

Existe uma lista de enfermidades que dão a alguns benefícios do INSS, como o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez, sem exigir 12 meses como tempo de carência mínima. No dia 3 de outubro, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) adicionou novas regras para esses benefícios.

Conheça a lista de enfermidades que não exigem carência para ter acesso a alguns benefícios do INSS. Agora, com duas novas doenças. Confira! – Agência Brasil.

Nesse contexto, a novidade é que duas novas doenças foram adicionadas na lista de enfermidades, possibilitando que o segurado conte com os benefícios sem precisar ter o número mínimo de contribuições.

Se trata do abdome agudo cirúrgico e do acidente vascular encefálico (agudo). Com elas, outras 15 fazem parte da lista.

Veja a lista com novas doenças sem carência para benefícios do INSS

Ao adicionar mais duas doenças a essa lista, o INSS garante mais proteção social para o segurado quando ele mais precisa, que é quando está doente. Então, conheça que enfermidades fazem parte dessa lista a seguir:

Hanseníase;
Transtorno mental grave;
Tuberculose ativa;
Neoplasia maligna (câncer);
Cegueira;
Estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante);
Hepatopatia grave;
Síndrome da deficiência imunológica adquirida (Aids);
Contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializa;
Esclerose múltipla;
Abdome agudo cirúrgico;
Acidente Vascular Encefálico (agudo);
Cardiopatia grave;
Espondilite anquilosante;
Paralisia irreversível e incapacitante;
Doença de Parkinson;
Nefropatia grave.

Como solicitar a aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença?

Primeiramente, o enfermo precisa agendar uma perícia médica junto ao INSS. Isso porque é o perito que decide se o segurado poderá receber ou não o auxílio por incapacidade temporário, conhecido por auxílio-doença ou a aposentadoria por incapacidade permanente, ou seja, a aposentadoria por invalidez.

Atualmente, existem 2,8 milhões de aposentados por invalidez no país. Conforme as novas regras, o valor da aposentadoria por invalidez depende da incapacidade do segurado:

Caso o motivo for doença ocupacional ou acidente de trabalho, se enquadra na aposentadoria por incapacidade permanente acidentária;

Quando o afastamento for por outra doença ou acidente fora do ambiente de trabalho, então o benefício se dá por incapacidade permanente previdenciária.

Vale ressaltar que esses benefícios do INSS também podem ser liberados sem a necessidade de uma perícia presencial. Para isso, basta que o enfermo apresente um atestado médico e os exames comprovando sua situação.

Deste modo, o segurado pode solicitar seu pedido via aplicativo ou no site Meu INSS. Contudo, é preciso que o segurado apresente a documentação completa, evitando que seu pedido seja negado.

Fonte: Notícia da Manhã

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF